



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Regional
8ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA- SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MAIOR DESCONTO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

Serviços de Supervisão de Obras no estado do Maranhão sobre gestão da 8ª Superintendência Regional - Codevasf.

SÃO LUÍS - MA
AGOSTO/2025



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	6
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	6
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	6
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	13
7.	VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS	14
8.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	14
9.	PROPOSTA FINANCEIRA	17
10.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	19
11.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	20
12.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
13.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	21
14.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	22
15.	REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO	25
16.	MULTAS	26
17.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	28
18.	FISCALIZAÇÃO	28
19.	DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO	32
20.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	33
21.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	34
22.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	34
23.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	36
24.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	40
25.	MATRIZ DE RISCOS	40
26.	CONDIÇÕES GERAIS	41
27.	ANEXOS	41



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de edital, apresentação de propostas e posteriormente, a celebração de contrato.
- 1.2. Fornecedor, por Sistema de Registro de Preços – SRP, para a prestação de serviços de supervisão de obras, incluindo serviços de coordenação com apoio a escritório, controle de obras em campo, controle tecnológico e controle de projetos executivos com a topografia do solo e pavimentos, sobre a área de atuação da 8ª Superintendência Regional Codevasf, no estado do Maranhão, distribuídos em 4 (quatro) itens, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Supervisão e Gerenciamento de Contrato incluindo auxiliar, mobilização de escritório (com mobília e equipamento)	1341	MÊS	12
2	Apoio e Controle de Obras in loco incluindo equipamento (Notebook), veículos, equipamentos, hospedagem e alimentação.	23060	MÊS	12
3	Controle tecnológico, serviços de laboratório incluindo equipamento (Notebook), veículos, equipamentos, hospedagem e alimentação.	19461	MÊS	12
4	Controle Executivo, serviços de topografia incluindo auxiliar, equipamento (Notebook, Drone), veículos, equipamentos, hospedagem e alimentação	922	MÊS	12

- 1.3. Anexo IX deste TR está presente o quadro de resumo com quantitativos e distribuição de itens para a contratação com respectivos códigos CATSERV

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA – AD: Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas. As instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da Codevasf.

CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em São Luís/ MA, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT): É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

CONTRATADA: Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

CONTRATANTE: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada Codevasf.

CONTRATO (CT): Documento, subscrito pela Codevasf e a CONTRATADA (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado CRONOGRAMA.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES OU SUPLEMENTARES: Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO: Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (ET): Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra, regime de execução da obra, fiscalização, recebimento da obra, modificações de projeto, discriminação dos serviços (item c). Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

FISCALIZAÇÃO: Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

IRP- INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS: instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.

LICITANTE: Empresa habilitada a apresentar proposta.

MATRIZ DE RISCO: Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

NOTA DE EMPENHO (NE): documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

ORDEM DE SERVIÇO (OS): documento formal emitido pela Codevasf com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.

PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA: Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

PLANILHA DE CUSTOS DA PROPONENTE: Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.

PLANO DE TRABALHO (PT): Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DA OBRA (PGA): consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras ou serviços de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra ou serviços de engenharia. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra ou serviços de engenharia. Como objetivos específicos:

- a) Executar a obra ou serviços de engenharia de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- b) Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c) Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra ou serviços de engenharia;
- d) Evitar interferências negativas, das atividades na obra ou serviços de engenharia e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

PROJETO BÁSICO: Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços de engenharia e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

PROJETO EXECUTIVO – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

RELATÓRIO FINAL – Documento elaborado pela contratada, prevista ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO – Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.

SERVIÇOS SIMILARES OU CORRELATOS – Serviços elaborados anteriormente com o mesmo grau de dificuldade e controle dos propostos neste Termo de Referência. Para fins deste Termo de Referência é considerado serviços similares a elaboração de estudos ou supervisão de obras.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP: Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao serviço licitado, para contratações futuras.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

- 3.1. Forma de Realização: Pregão Eletrônico –
- 3.2. Procedimento licitatório: Sistema de Registro de Preços.
- 3.3. Modo de Disputa: Aberto.
- 3.4. Valor estimado: Orçamento Público.
- 3.5. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário
- 3.6. Critério de Julgamento: Maior Desconto
- 3.7. Classificação: Serviço comum continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. Os serviços, objeto destes Termo de Referência serão executados nos municípios localizados nas Bacias do Rio Gurupi, Itapecuru, Mearim, Munim, Parnaíba, Pericumã, Tocantins e Turiaçu e nas bacias litorâneas no Estado do Maranhão sobre a área de abrangência da 8ª Superintendência Regional Codevasf, os quais se encontram listados e agrupados por áreas no Anexo VIII (Relação dos Municípios na Área de Atuação da 8ª SR Codevasf)

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem:
 - a) Supervisão e Coordenação de obras – Coordenação de Equipe do Contrato;
 - b) Apoio técnico à fiscalização de obras – Vistoria em Campo;
 - c) Controle tecnológico – Ensaio Laboratoriais;
 - d) Controle executivo – Topografia/Terraplenagem.
- 5.1.1. Os serviços acima elencados são de caráter contínuo e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 5.2. Apoio técnico à fiscalização de obras



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 5.2.1. As equipes de apoio serão coordenadas pelo engenheiro pleno (Coordenação e Supervisão do Contrato) sobre a gestão do fiscal do contrato da Codevasf. A equipe será composta conforme abaixo:
- a) Engenheiro de Campo residente Região Centro Maranhense
 - b) Engenheiro de Campo residente Região Leste Maranhense
 - c) Engenheiro de Campo residente Região Norte Maranhense
 - d) Engenheiro de Campo residente Região Oeste Maranhense
 - e) Engenheiro de Campo residente Região Sul Maranhense
- 5.3. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização do fiscal do contrato, ou pessoas por ele autorizada, via ordem de serviço específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.
- 5.4. O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços, conforme demanda das atividades, na qual as equipes de apoio deverão iniciar os serviços solicitados.
- 5.5. Durante a execução do contrato, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir:
- a) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
 - b) Acompanhar a implantação e a execução da obra;
 - c) Proceder às medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal da obra para ateste;
 - d) Responder às solicitações técnicas demandadas pela empresa contratada na implantação das obras, acionando o fiscal da obra sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, projetistas, consultoria e a Área competente da Codevasf;
 - e) Auxiliar o fiscal nas vistorias de obras verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas;
 - f) Participar de operações especiais em situações de emergência;
 - g) Emitir relatórios mensais sobre os resultados das fiscalizações efetuadas e demais relatórios solicitados pelo fiscal do contrato;
 - h) A equipe de apoio de campo deverá fazer o registro da obra tanto em imagens quanto em vídeo, produzindo posteriormente relatório fotográfico e entrega do arquivo de vídeo;
 - i) Deverá ser confeccionado, pela equipe de apoio de campo, Diário de Obras sobre o andamento dos serviços, contendo no mínimo informações sobre o quantitativo de mão de obra e equipamentos, registros da visita da fiscalização da Codevasf à obra e eventuais determinações realizadas pelo fiscal, registro dos dias de chuva ou outras ocorrências que impactem o andamento da obra e indicações dos serviços em execução no dia, inclusive, com indicação do local (estaca, segmento ou coordenadas);
 - j) Elaborar projetos as built das obras;
 - k) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas;
 - l) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, propondo medidas regularizadoras;
 - m) Planejar fiscalizações, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
 - n) Realizar outras atividades de natureza correlata.
 - o) Encaminhar/elaborar relatórios mensais com informações sobre a execução dos contratos de pavimentação e de pontes à equipe de coordenação geral.
 - p) Elaborar relatórios que indiquem o andamento da execução dos contratos de pavimentação e de pontes;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- q) Manter os Gestores da Codevasf permanentemente informados a respeito do andamento dos contratos de pavimentação e de pontes.
- 5.6. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- a) Às disposições legais da União, do estado correspondente e dos municípios da área de atuação da Codevasf;
 - b) Às especificações constantes deste documento;
 - c) Às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - d) Às normas da ABNT e do DNIT;
 - e) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
- 5.7. Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritórios serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.8. Os serviços de campo e de escritório previstos neste Termo de Referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para serviços em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.
- 5.9. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.
- 5.10. Os custos de transporte da equipe de campo estão incluídos na Composição do Custo Unitário, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada.
- 5.11. A metodologia para os serviços de supervisão da fiscalização deve ser sempre discutida junta à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da contratada.
- 5.12. Os serviços de escritório objetivam a realização de análises especializadas a partir dos dados obtidos em campo realizados pela CONTRATADA, com a utilização de softwares específicos (incluindo-se as várias versões do software CAD e do software topográfico), a serem prestados nas dependências da Codevasf ou no escritório local da CONTRATADA.
- 5.13. Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; tratamento de bases de dados de topografia; demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço.
- 5.14. Controle executivo – Topografia/Terraplenagem
- 5.14.1. A equipe será coordenada pelo engenheiro pleno/sênior de escritório sobre a gestão do fiscal do contrato da Codevasf. A equipe será composta conforme abaixo:
 - a) Topógrafos;
 - b) Auxiliares de Topografia;
 - 5.14.2. As atividades a serem realizadas pela equipe de topografia compreendem:
 - a) Serviços topográficos de apoio técnico à fiscalização;
 - b) Serviços topográficos diversos:
 - I. Levantamentos planimétricos e altimétricos, medições de serviços de pavimentação diversos



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- (linear, área e volume), primitivo para projeto geométrico, etc;
- II. Processamento dos dados coletados;
 - III. Elaboração de peças gráficas, produtos cartográficos e relatórios (inclusive de cálculo) utilizando softwares de topografia como: Topograph, Datageosis ou TopoEVN. As peças gráficas poderão ser elaboradas em software AutoCAD;
 - IV. Serviços de georreferenciamento, entre outros;
- 5.14.3. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização do fiscal do contrato, ou pessoas por ele autorizada, via ordem de serviço específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.
- 5.14.4. O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços, conforme demanda das atividades, na qual as equipes de apoio deverão iniciar os serviços solicitados.
- 5.14.5. Durante a execução do contrato, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir:
- a) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
 - b) Acompanhar a implantação e a execução da obra;
 - c) Proceder às medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal para ateste;
 - d) Responder às solicitações técnicas demandadas pela empresa contratada na implantação das obras, acionando o fiscal da obra sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, projetistas, consultoria e a Área de Estudos e Projetos da Codevasf;
 - e) Auxiliar o fiscal nas vistorias de obras verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas;
 - f) Participar de operações especiais em situações de emergência;
 - g) Emitir relatórios mensais sobre os resultados das fiscalizações efetuadas e demais relatórios solicitados pelo fiscal do contrato;
 - h) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas;
 - i) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, propondo medidas regularizadoras;
 - j) Planejar fiscalizações, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
 - k) Realizar outras atividades de natureza correlata.
- 5.14.6. Os serviços topográficos visam executar levantamentos planialtimétricos georreferenciados, planimétricos ou altimétricos, na atualização do cadastro das obras em geral (As Built), de áreas e eixos de vias urbanas e rurais, medições de obras e serviços, devendo ser entregues em meio digital e impresso, quando solicitado, com desenhos em escala adequada ao seu objetivo ou conforme a NBR 15.777/09 quando couber. Os formatos das pranchas dos desenhos, bem como os carimbos padrões serão fornecidos pela fiscalização da Codevasf.
- 5.14.7. A partir das medidas lineares, angulares e/ou de coordenadas, deverão ser calculados comprimentos, áreas, coordenadas e volumes, dentre outros elementos, que podem ser representados graficamente em mapas ou plantas.
- 5.14.8. Os levantamentos topográficos têm o objetivo de fornecer uma representação planialtimétrica dos pontos notáveis, acidentes geográficos, volume de movimentações de terra e outros pormenores do



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

relevo nas áreas de execução das obras e serviços de pavimentação, dentre outras, a serem fiscalizadas.

- 5.14.9. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- a) Às disposições legais da União, do estado correspondente e dos municípios da área de atuação da Codevasf;
 - b) Às especificações constantes deste documento;
 - c) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
 - d) Às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - e) Às normas da ABNT e do DNIT;
 - f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
 - g) À certificação de imóveis rurais junto ao INCRA, nos trabalhos de georreferenciamento.
- 5.14.10. Os serviços de campo e escritório previstos neste termo de referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para levantamentos topográficos em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.
- 5.14.11. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.
- 5.14.12. As equipes de topografia a serem empregadas na prestação dos serviços constantes do objeto deste Termo de Referência deverão ter disponibilidade, no mínimo, dos seguintes equipamentos básicos fornecidos pela Contratada:
- a) Veículo tipo pick-up no período do contrato com, no mínimo, motor 2.2 ou superior, capacidade para 5 pessoas, identificado com os dizeres conforme normativo da Codevasf;
 - b) Drone Phantom 4 Pro;
 - c) Software topográfico/projetos;
 - d) Software para drone.
 - e) Os custos de transporte da equipe de campo estão incluídos na Composição do Custo Unitário, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada.
- 5.14.13. A metodologia para os serviços de apoio à fiscalização deve ser sempre discutida junta à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da contratada.
- 5.14.14. Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; operações de descarga de dados; tratamento de bases de dados de topografia; demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço.
- 5.15. Controle tecnológico
- 5.15.1. Os ensaios serão coordenados pelo engenheiro pleno/sênior do escritório sobre a gestão do fiscal do contrato da contratada. A equipe necessária à realização dos ensaios é abaixo indicada:
- a) Laboratorista;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

b) Aux. Laboratório.

5.15.2. O laboratorista, assim como o seu auxiliar, deverá acompanhar a execução dos ensaios feitos pela empresa executora do pavimento e elaborar relatórios que deverão ser encaminhados ao fiscal do contrato.

5.15.2.1. No relatório acima mencionado, deverão constar informações sobre a execução dos ensaios, indicando a localização dos pontos de coleta de amostra; equipamentos utilizados; forma de condução dos ensaios; frequência dos ensaios, indicando se está em concordância com as normas técnicas vigentes; e, se possível, resultados dos ensaios.

5.15.2.2. O laboratorista também será responsável por coletar amostras, preferencialmente nos mesmo pontos que a empresa executora do pavimento coletou, para a realização de ensaios.

5.15.2.3. Antes do início da execução dos ensaios, deverá ser entregue o Planejamento e a definição do Plano de Amostragem.

5.15.2.4. Os ensaios a serem executados são os abaixo indicados:

a) Para sub-leito, sub-base e base

- I. Ensaio de granulometria - DNER - ME 080/94: Solos - Análise granulométrica por peneiramento;
- II. Ensaio de limite de liquidez - DNER - ME 122/94: Solos - Determinação do limite de liquidez - método de referência e método expedito;
- III. Índice de plasticidade (ensaio de limite de plasticidade) - DNER - ME 082/94: Solos - Determinação do limite de plasticidade;
- IV. Ensaio de Compactação - Norma DNIT 164/2013 - ME: Solos - Compactação utilizando amostras não trabalhadas - Método de Ensaio;
- V. Ensaio de expansão - DNIT 172/2016 ME: Solos - Determinação do Índice de Suporte Califórnia utilizando amostras não trabalhadas - Método de Ensaio;
- VI. Ensaio de Índice Suporte Califórnia - ISC - Norma DNIT 172/2016 ME: Solos - Determinação do Índice de Suporte Califórnia utilizando amostras não trabalhadas - Método de Ensaio;
- VII. Determinação da espessura da camada em campo - DNIT 031/2006 - ES: Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico.

b) Para pavimentação asfáltica - Tratamento Superficial Duplo - TSD:

- I. Controle da taxa de aplicação e de espalhamento - DNIT 147/2012 - ES: Pavimentação asfáltica - Tratamento Superficial Duplo;

c) Para pavimentação asfáltica - Concreto betuminoso Usinado a Quente - CBUQ:

- I. Ensaio de granulometria - DNER - ME 083/98: Agregados - Análise granulométrica;
- II. Ensaio de adesividade - DNER - ME 078/94: Agregado Graúdo - Adesividade a ligante betuminoso;
- III. Ensaio Marshall - DNER - ME 043/95 - Misturas betuminosas a quente - Ensaio Marshall;
- IV. Ensaio de teor de betume - DNER - ME 053/94: Misturas betuminosas - Percentagem de betume;
- V. Grau de compactação - DNIT 428/2022-ME - Pavimentação - Misturas asfálticas - Determinação da densidade relativa aparente e da massa específica aparente de corpos de prova compactados - Método de ensaio;
- VI. Determinação da espessura da camada em campo - DNIT 031/2006 - ES: Pavimentos



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

flexíveis – Concreto asfáltico;

d) Para elementos de drenagem e Pontes (concreto):

I. Determinação da resistência característica à compressão - ABNT NBR 9781/2013: Peças de concreto para pavimentação - Especificação e métodos de ensaio.

e) Elaboração dos Laudos dos Ensaio, com apresentação da correspondente ART.

5.15.2.5. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização do fiscal do contrato, ou pessoas por ele autorizada, via ordem de serviço específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.

5.15.2.6. A Distância Média de Transporte – DMT, nos deslocamentos para realização dos ensaios acima descritos, deverá ser ajustada de forma que represente a realidade identificada no planejamento e no plano de amostragem.

5.15.2.7. O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços, conforme demanda das atividades.

5.15.2.8. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União, do estado correspondente e dos municípios da área de atuação da Codevasf;
- b) Às especificações constantes deste documento;
- c) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
- d) Às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- e) Às normas da ABNT e do DNIT;
- f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

5.15.2.9. Para a avaliação dos pavimentos asfálticos já existentes deverão ser coletados corpos de prova cilíndricos, extraídos por sondagem rotativa e com diâmetro de 10cm, corpos de prova retangulares (placas), com dimensões de 50cm x 50cm.

5.15.2.10. Após a extração dos corpos de prova, deverá ser feita a recomposição do pavimento.

5.15.2.11. Nos corpos de prova podem ser realizados os ensaios abaixo relacionados:

- a) Granulometria – DNER – ME 083/98: Agregados – Análise granulométrica;
- b) Ensaio de adesividade – DNER – ME 078/94: Agregado graúdo – Adesividade a ligante betuminoso;
- c) Ensaio Marshall (compressão) – DNER – ME 043/95: Misturas betuminosas a quente – Ensaio Marshall;
- d) Determinação do teor de asfalto – DNER – ME 053/94: Misturas betuminosas – percentagem de betume;
- e) Determinação da espessura da camada em campo – DNIT 031/2006 – ES: Pavimentos flexíveis – Concreto asfáltico;
- f) Grau de compactação – DNIT 428/2022-ME - Pavimentação – Misturas asfálticas – Determinação da densidade relativa aparente e da massa específica aparente de corpos de prova compactados - Método de ensaio.

5.15.2.12. Deverão ser elaborados os Laudos dos Ensaio, com a apresentação da respectiva ART.

5.16. Perfil e formação da Equipe Técnica:

- a) Engenheiro pleno/sênior (Coordenador): profissional com nível superior em Engenharia Civil, com



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação de 10 anos e experiência mínima de 5 anos em obras de pavimentação e pontes, responsável por fazer a gestão dos dados coletados em campo e responsável pela gestão das equipes de apoio à fiscalização de obras e serviços diversos.

- b) Auxiliar administrativo: profissional de nível médio com curso técnico em administração e registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação 4 anos, com experiência mínima em outras empresas de engenharia, responsável por organizar documentação e contas de escritório e a documentação a faturar, planejar entregas, acompanhar suprimentos, bem como os processos de medição dos contratos e liberação de parcela e apoio do engenheiro de planejamento nas confecções dos relatórios gerenciais.
- c) Engenheiro Júnior (Campo): profissional, com nível superior em Engenharia Civil e registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação de 2 anos e experiência mínima de 1 ano em obras rodoviárias e pontes, responsável por acompanhar, juntamente com o técnico de obras, a execução das obras e levanta os dados de campo, dando apoio direto ao fiscal da Codevasf.
- d) Laboratorista: profissional, de nível médio, com experiência em realizações de ensaios de infraestrutura, responsável por acompanhar os ensaios realizados pela empresa executora do pavimento e por coletar amostras para realização de ensaios.
- e) Auxiliar de laboratório: profissional com, no mínimo, ensino fundamental e preferencialmente com experiência na realização de ensaios de infraestrutura responsável por auxiliar o laboratorista
- f) Topógrafo: profissional, de nível médio com curso técnico em topografia/agrimensura e registro profissional no órgão de classe competente, com experiência em levantamentos topográficos, responsável pelo levantamento planialtimétrico e acompanhamento de obras e serviços, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.
- g) Auxiliar de Topografia: profissional com, no mínimo, nível fundamental responsável por fazer o apoio à execução de serviços topográficos diversos, tais como levantamentos planialtimétricos necessários à elaboração de projetos, acompanhamento de obras e serviços, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

6.2. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais. Sendo permitida a participação desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileira.

6.3. CONSÓRCIO

6.3.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos, conforme justificativas apresentadas no Anexo I – Detalhamento das Justificativas

6.4. SUBCONTRATAÇÃO

6.4.1. Será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços deste TR limitados aos serviços de topografia, ensaios de laboratório e alugueis de equipamentos/ veículos. Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e considerada principais do objeto, mas tão somente aquelas que possam ser entendidas como auxiliares, conforme justificativas apresentada no Anexo I – Detalhamento das Justificativas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

6.5. MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADE COOPERATIVA

- 6.5.1. Não serão concedidos os benefícios para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte previstos nos Art. 42 ao Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e no Decreto 8.538/2015, conforme art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Parecer Jurídico nº 753/2024 – PR/AJ/ACTB.
- 6.5.2. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017, conforme justificativas apresentadas no Anexo I – Detalhamento das Justificativas.

7. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 7.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- a. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- b. Será exigida a declaração de ciência que os serviços poderão ser executados em toda a área de atuação da Codevasf no estado do Maranhão, que será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.
- c. A LICITANTE ao encaminhar a proposta, estará declarando que está ciente da abrangência dos municípios passíveis de execução dos serviços e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos/serviços.
- 7.2. Os custos de visita aos locais dos serviços de engenharia correrão por exclusiva conta da licitante.
- 7.3. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Desenvolvimento (8ª GRD) nos telefones (98) 3198 1324, (98) 3198 1326 ou (98) 3198 1328.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1. A Contratada deverá mobilizar equipe técnica qualificada, composta por engenheiros, técnicos e auxiliares, devidamente registrados em seus conselhos profissionais, de acordo com as ordens de serviço emitidas;
- 8.1.2. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua e integrada ao longo de toda a vigência contratual, acompanhando o andamento das obras sob responsabilidade da Codevasf. O contrato abrangerá os serviços de supervisão e apoio à fiscalização em campo, coordenação técnica em escritório, controle tecnológico (ensaios laboratoriais de pavimento) e serviços topográficos, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar. Para realizar essas atividades, a CONTRATADA deverá mobilizar equipes técnicas especializadas de acordo com as Especificações Técnicas (Anexo VI), alocando profissionais tanto nas frentes de serviço (canteiros de obras) quanto em escritórios de apoio (na Superintendência Regional e, quando previsto, na Sede da Codevasf), provendo todos os recursos necessários. Isso inclui disponibilizar os equipamentos e infraestrutura de apoio indispensáveis, tais como veículos utilitários para deslocamento das equipes de campo, sistemas de comunicação e rastreamento,



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

computadores/notebooks com softwares apropriados, equipamentos de proteção individual e coletiva, alojamento adequado para as equipes de campo, entre outros itens previstos nas Especificações Técnicas.

- 8.2. A execução dos serviços será iniciada formalmente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço pela Codevasf, a qual autorizará a Contratada a dar início aos trabalhos a partir da data estabelecida. Uma vez emitida a Ordem de Serviço, a Contratada deverá providenciar a mobilização imediata de sua equipe e recursos, observando os prazos estipulados no cronograma contratual. Antes do início das atividades em campo, a Contratada apresentará à fiscalização da Codevasf as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos serviços contratados (engenheiros, topógrafos, etc.), com as devidas taxas recolhidas, em cumprimento à legislação profissional vigente. Adicionalmente, será realizada uma reunião inicial de planejamento (reunião de mobilização) entre a equipe da Contratada e a fiscalização da Codevasf, com o objetivo de alinhar o plano de trabalho, o detalhamento do cronograma de atividades, os procedimentos de comunicação entre as partes e demais diretrizes necessárias para o bom andamento do contrato. Após o cumprimento dessas etapas preparatórias – ordem de serviço emitida, ARTs entregues e reunião de alinhamento – a Contratada efetivamente iniciará a prestação dos serviços de supervisão, apoio à fiscalização, controle tecnológico e topografia conforme descritos acima, no prazo definido em edital, a contratada deverá desempenhar, em estreita coordenação com a fiscalização da Codevasf, as seguintes atividades principais no âmbito do contrato, observando a rotina, frequência e periodicidade adequadas a cada tarefa na forma que segue:
- 8.2.1. Mobilização inicial de equipe e instalação de meios necessários à execução das atividades, inclusive sistemas de comunicação, equipamentos de medição, veículos e instrumentos de laboratório;
 - 8.2.2. Auxílio da fiscalização *in loco*, representando a Codevasf no canteiro de obras e acompanhar a execução dos serviços de pavimentação e demais obras, verificando sua conformidade com os projetos, especificações e normas vigentes. Os supervisores alocados pela CONTRATADA deverão atuar presencialmente nas frentes de obra sempre que houver atividades em andamento, assegurando a observância das orientações técnicas da Codevasf e das normas de engenharia e segurança aplicáveis.
 - 8.2.3. Proceder no auxílio dos fiscais, quanto às medições dos serviços executados pela empresa construtora, conferindo os quantitativos apurados *in loco* e elaborando os boletins/relatórios de medição correspondentes, que deverão ser entregues ao fiscal da Codevasf para conferência e ateste. Isso envolve conferir volumes de terraplenagem, áreas pavimentadas, quantidades de materiais aplicados e demais itens executados, garantindo que o faturamento da obra principal reflita fielmente os serviços efetivamente realizados.
 - 8.2.4. Realizar vistorias periódicas nas obras, avaliando a qualidade dos serviços executados e o cumprimento das especificações técnicas e normativas. Sempre que necessário, a equipe deverá inspecionar etapas construtivas (base, sub-base, pavimento, drenagem, estrutura de pontes etc.), identificar não conformidades ou deficiências e registrar essas ocorrências. Em caso de situações emergenciais ou críticas durante a obra, a equipe de supervisão deverá participar de operações especiais conjuntamente com a fiscalização da Codevasf, adotando as medidas urgentes para resguardar a qualidade e a segurança da obra.
 - 8.2.5. Manter registro documental e fotográfico contínuo do andamento dos trabalhos. A equipe deverá produzir um Diário de Obras, anotando: o quantitativo de mão de obra e equipamentos mobilizados pela construtora no dia; visitas da fiscalização da Codevasf; instruções ou determinações formais do fiscal registradas naquela data; condições climáticas adversas (ex. dias de chuva) ou outros eventos que possam impactar o cronograma; a descrição dos serviços executados no dia e sua localização exata (estaca, segmento ou coordenadas geográficas). Além disso, a contratada deverá fotografar e filmar periodicamente as frentes de serviço, registrando a evolução física da obra e eventuais problemas observados, e entregar esses arquivos de mídia à Codevasf para arquivo e comprovação. Toda a documentação produzida (diários, relatórios, registros fotográficos, laudos de ensaio etc.) deverá ser organizada e disponibilizada à fiscalização sempre que requisitada.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 8.2.6. Manter o fiscal da Codevasf permanentemente informado acerca do andamento dos trabalhos e, principalmente, a respeito de irregularidades ou desvios encontrados durante a execução. Quaisquer falhas de execução, problemas técnicos ou situações que possam comprometer a qualidade ou a segurança da obra deverão ser comunicados prontamente, de modo formal, ao fiscal responsável. A contratada deverá apresentar sugestões e medidas corretivas sempre que identificar oportunidades de aprimoramento na execução ou na fiscalização, contribuindo para a solução de problemas e a eficácia do empreendimento.
- 8.2.7. Auxiliar no planejamento das ações de fiscalização, em conjunto com a Codevasf, de acordo com as prioridades de acompanhamento, cronogramas de vistorias e agendas de trabalho. A contratada deverá articular as atividades de suas diferentes equipes (campo, laboratório, topografia e escritório) de forma integrada, garantindo que os dados coletados e observações de campo sejam prontamente comunicados e analisados pela equipe de coordenação. Também deverá dar suporte na análise de projetos e documentos técnicos sempre que demandado – por exemplo, examinando projetos executivos, propondo eventuais ajustes ou adequações técnicas em campo e realizando cálculos complementares solicitados pela fiscalização (como, por exemplo, verificação de dimensionamentos, cálculo do “número N”, etc.).
- 8.2.8. Gerir e consolidar todas as informações coletadas pelas equipes de campo, topografia e laboratório, organizando-os em relatórios técnicos de acompanhamento para subsidiar as decisões da Codevasf. A equipe de apoio em escritório deverá compilar os resultados das inspeções, medições e ensaios em relatórios mensais detalhados, incluindo o andamento físico das obras, avaliações de conformidade, ocorrências relevantes e indicadores de desempenho e nas Especificações Técnicas. Esses relatórios gerenciais serão enviados regularmente tanto à Superintendência Regional quanto à Sede da Codevasf, proporcionando visão geral do progresso de todas as obras sob supervisão.
- 8.2.9. Realizar os levantamentos topográficos planialtimétricos necessários à conferência da implantação das obras, seguindo as normas técnicas aplicáveis (p. ex. ABNT NBR 13.133). A equipe de topografia deverá efetuar medições de controle geométrico das obras de pavimentação e arte corrente (extensões lineares, áreas pavimentadas, volumes de terraplenagem, cotas altimétricas de aterros/cortes, etc.), implantando marcos e referências de nível quando necessário. Os dados topográficos coletados em campo deverão ser devidamente processados e georreferenciados, possibilitando a geração de produtos cartográficos de qualidade. Isso inclui a elaboração de plantas, perfis, seções transversais e demais peças gráficas atualizadas, utilizando softwares especializados (ex.: AutoCAD Civil 3D, Topograph ou equivalentes) para comparação entre o projeto e a execução real. A equipe de topografia também atuará apoiando as medições de obras, fornecendo à fiscalização bases técnicas confiáveis para atestar quantitativos executados e dirimir dúvidas de locação ou dimensionamento em campo.
- 8.2.10. Planejar e executar o controle tecnológico do pavimento e demais elementos da obra, de forma independente e paralela ao controle realizado pela construtora. A equipe de laboratório deverá elaborar um plano de amostragem para ensaios de solos, agregados, misturas asfálticas e concreto, em conformidade com as normas do DNIT/ABNT aplicáveis, definindo a frequência e os pontos de coleta de amostras. Durante a execução das obras, o laboratorista da contratada irá acompanhar os ensaios de controle tecnológico realizados pela construtora, coletando amostras testemunha nos mesmos locais e condições para realização de ensaios de contraprova de forma independente. Sempre que necessário, deverão ser realizados ensaios complementares in loco, utilizando equipamentos portáteis apropriados. Todos os pontos de coleta de amostras deverão ser devidamente georreferenciados e registrados. A contratada será responsável por executar uma gama de ensaios laboratoriais definidos no Anexo VI – Especificações Técnicas, cobrindo desde caracterização de solos até controle de misturas asfálticas e verificação de resistência de concretos estruturais, conforme o caso. Para cada ensaio realizado, deverá ser emitido o respectivo laudo técnico, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável. Os resultados dos ensaios de contraprova serão comparados com os da construtora, servindo de base para a Codevasf avaliar a qualidade dos materiais e serviços executados e eventualmente acionar correções ou refazer etapas que não atendam às especificações.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 8.2.11. Executar quaisquer outras tarefas correlatas aos serviços de supervisão e apoio à fiscalização que venham a ser demandadas pela Codevasf, desde que dentro do escopo contratual. A Contratada deverá manter a flexibilidade para atender a solicitações adicionais da fiscalização, a exemplo de apoio em reuniões técnicas, elaboração de relatórios extraordinários, fornecimento de informações para prestações de contas ou auditorias, entre outros, sempre preservando a qualidade e eficiência na execução do objeto.

9. PROPOSTA FINANCEIRA

- 9.1. A Proposta Financeira, por Item deverá ser firme e precisa, com clareza e sem rasuras, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

- 9.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:

- a. Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Anexo IV), que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, nos quais deverá ser incidido linearmente o percentual de desconto ofertado pela licitante, conforme inciso II, § 4º do art. 54 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016.
 - Junto com a proposta, as Planilhas de Custos da Licitante deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - As Planilhas de Custos da Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
- b. A licitante de melhor proposta classificada deverá apresentar as composições de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
 - A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - A licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante;
 - A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
 - No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;
- c. Detalhamento dos Encargos Sociais e Despesas Fiscais (Anexo III- Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista e Despesas Fiscais e Custos Administração e Remuneração de Empresa)
 - O Licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos definidos em legislação. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidências dos encargos básicos devem ser corretamente definidos. O detalhamento deverá incluir os encargos sociais e da taxa de ressarcimento de despesas e encargos sobre a Mão de Obra com vínculo empregatício permanente e Mão de Obra sem vínculo empregatício ou com vínculo temporário;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- No detalhamento dos encargos a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda dos serviços de engenharia;
 - Na composição e utilização do “Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos” (Fator K) a LICITANTE deverá atentar para os seguintes detalhes:
 - a) No Fator Kd – DESPESAS FISCAIS, o percentual do ISS de 3,0% (três por cento). Como os serviços abrangem municípios distintos, o valor do pagamento será ajustado de acordo com o ISS do município ao qual serão realizados os serviços;
 - b) No Fator Kd – DESPESAS FISCAIS, o percentual do PIS e COFINS deverá considerar o Regime de Incidência Tributária (Acumulativa ou Não Acumulativa) de acordo com a forma de apuração do Lucro no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica da LICITANTE, em conformidade com a legislação vigente e o perfil jurídico-fiscal da LICITANTE. No Regime de Incidência Não Acumulativa pode-se aplicar um “percentual de desconto”, porém a LICITANTE deverá apresentar comprovantes de aproveitamento de créditos tributários dos últimos 12 meses para comprovação do “percentual de desconto”, conforme orientações do Acórdão TCU 2622/2013.
 - c) O Fator Kd – LUCRO e Fator K2 – CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL são de composição discricionária da LICITANTE, conforme sua realidade comercial, não podendo ser superior aos percentuais estabelecidos no Anexo IV – Planilha de Custo do Orçamento de Referência.
 - d) O Fator Kd (Custos da Administração) está englobado quaisquer benefícios sociais (e.g. vale alimentação, seguro saúde/vida) ou benefícios econômicos (e.g., adicional de produtividade, participação nos lucros) garantidos pela LICITANTE a seus empregados ou dirigentes, por não se tratar de encargo obrigatório tais benefícios não devem ser considerados;
 - e) A LICITANTE deve utilizar o Fator Ka Kb e Kc, constante na planilha orçamentária, relativo ao tipo de insumo ou mão de obra (com ou sem vínculo) que será efetivamente disponibilizado para a elaboração total dos serviços constantes neste Termo de Referência. Sendo facultado à LICITANTE utilizar a mão de obra com tipo de vínculo que se adeque a sua realidade comercial (permanente, temporário, autônomos, etc.), desde que alinhado com a Legislação Trabalhista vigente.
 - f) Ressalta-se que Fator K pode ser alterado com ou sem vínculo.
 - d. Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com os quantitativos previstos mês-a-mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.
- 9.3. A Proposta deve se basear no Anexo IV – Planilha de Custos do Orçamento de Referência, e não pode apresentar:
- a) Preço global da proposta maior que a orçada pela Codevasf;
 - b) Custo unitário por insumo maior que o orçado pela Codevasf;
 - c) Modificações nos quantitativos;
 - d) Custos e preços unitários inexequíveis.
- 9.4. Serão considerados preços unitários inexequíveis aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 9.5. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, nela



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra, ao transporte de ferramentas e equipamentos necessários à sua execução até o local da execução dos serviços de engenharia.

- 9.6. Os custos máximos da mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, por item, serão aqueles constantes da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência e que integram o presente edital.
- 9.7. O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.
- 9.8. Orçamento: Público: Estimado em **R\$ 6.195.777,60 (Seis milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)**

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1.1. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- b) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DA ABRANGÊNCIA DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme item 8 e Anexo II) informando que tem conhecimento da abrangência dos locais onde serão executados os serviços de engenharia, emitido pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal;
- c) Capacidade Técnico Operacional: Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, exclusivamente como contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) documento(s) listado(s) na alínea “a” deste subitem, comprovando a execução de serviços compatíveis com a parcela de maior relevância (vide c1)) ou serviços similares (vide c2)).
 - O(s) Atestado(s) devem ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s):
 - Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional (is) responsável(is) à época expedida(s) pelo CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados. Ou
 - Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO); ou
 - Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) do(s) profissional(is) responsável(is) pela obra vinculado(s) no(s) referido(s) atestado(s) e contrato de serviços entre a empresa licitante e a pessoa jurídica de direito público ou privado que emitiu o atestado”.
- c1) É considerada como a parcela de maior relevância os serviços de **fiscalização em campo**. Em obras de infraestrutura de edificações e rodoviária tipo pavimentação flexível e/ou rígida, obras de pontes.
- c2) São considerados serviços **similares, elaboração de estudos ou projetos** (básico ou executivo ou como construído) de obras de edificações e pavimentação flexível e/ou rígida, obras de pontes.
- c3) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados:
 - Local de execução;
 - Nome do contratante e da pessoa jurídica contratada;
 - Nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- Descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados;
- c4) Deverá(ão) ser apresentado(s) atestado(s) com porte, dimensão e complexidade igual ou superior à parcela de maior relevância do objeto deste TR (vide c1)) ou serviços similares (vide c2)).
- c5) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- d) Capacidade Técnico-Profissional: Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, profissionais abaixo elencada:
 - Engenheiro Coordenador: profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, com tempo mínimo de formação de 10 anos e com experiência mínima de 5 anos, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, comprovando que o profissional tenha executado serviços compatíveis com a parcela de maior relevância do objeto deste Termo de Referência (vide c1)) ou serviços similares (vide c2));
 - Engenheiro de Projetos Júnior: profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, com tempo mínimo de formação de 2 anos e com experiência mínima de 1 ano, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, comprovando que o profissional tenha executado serviços compatíveis com a parcela de maior relevância do objeto deste Termo de Referência (vide c1)) ou serviços similares (vide c2)).
- d1) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:
 - O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de:
 - Empregado: Ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante;
 - Dirigente ou sócio: Contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional ou ato constitutivo da empresa; ou
 - Autônomo: Contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro de capital social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.

12. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 12.1. O valor estimado global para a contratação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 6.195.777,60 (Seis milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)** com data-base de abril/2025.
- 12.2. Estão inclusos no valor acima os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e preços unitários dos serviços constam da Planilha - Anexo IV- Planilha de Custos do Orçamento de Referência, parte integrante deste Termo de Referência.
- 12.3. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base nos seguintes de referência oficiais: Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI – junho/2025), Sistema de Custos referencias de Obras (SICRO – abril/2025), Tabela de Preços de Consultoria de Mão de Obra do DNIT, Relatório de Custos Gerais do DNIT (abril/2025) e a Tabela de Diárias da Codevasf e Tabela de Engenharia Consultiva da Codevasf, não desonerado, ensaios laboratoriais com custo de referências outras data base oficiais tais como (SUDECAP abril/2025, SETOP CO janeiro/2025, ORSE maio/2025, SBC julho/2025 EMOP maio/2025) já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários.
- 12.4. No valor de referência foram considerados as seguintes taxas de custos administrativos, encargos sociais e despesas fiscais:
- Despesas Fiscais: ISS = 3,00%; PIS = 1,32%; COFINS =6,08%
 - Encargos Sociais - Mensalista: 70,19%
 - Custo de Administração: 4,00%
 - Despesas Financeiras: 1,24%
 - Lucro: 7,75%
- 12.5. Quadro resumo dos quantitativos e valores de referência para a licitação:

ESTRUTURA DOS PROFISSIONAIS	MÊS	QUANT	R\$ UNIT	R\$ UNIT C/ BDI	TOTAL
ENGENHEIRO PLENO COORDENADOR	12,00	1,00	28.624,22	28.624,22	343.490,64
AUX. ADMINISTRATIVO	12,00	1,00	5.320,05	5.320,05	63.840,60
ENGENHEIRO JUNIOR - FISCALIZAÇÃO	12,00	5,00	28.624,22	28.624,22	1.717.453,20
LABORATORISTA	12,00	2,00	6.423,47	6.423,47	154.163,28
AUXILIAR LABORATORISTA	12,00	4,00	5.159,74	5.159,74	247.667,52
TOPOGRAFO	12,00	1,00	6.649,30	6.649,30	79.791,60
AUX TOPOGRAFIA	12,00	1,00	4.801,84	4.801,84	57.622,08
VEICULO PICK UP PARA DESLOCAMENTO	12,00	8,00	11.150,24	11.150,24	1.070.423,04
SISTEMA RASTREAMENTO	12,00	8,00	72,03	72,03	6.914,88
PERNOITE	12,00	195,00	304,01	304,01	711.383,40
ALIMENTAÇÃO	12,00	396,00	120,96	120,96	574.801,92
ALUGUEL DE ESCRITÓRIO	12,00	1,00	9.664,35	9.664,35	115.972,20
NOTEBOOK	12,00	10,00	130,51	130,51	15.661,20
EQUIPAMENTOS TOPOGRAFIA	12,00	1,00	2.214,39	2.214,39	26.572,68
ENSAIOS	12,00	1,00	83.318,24	83.318,24	999.818,88
ALUGUEL GERADOR	12,00	1,00	705,85	705,85	8.470,20
SISTEMA PONTO ELETRONICO	12,00	1,00	144,19	144,19	1.730,28
TOTAL GERAL					6.195.777,60

- 12.6. As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 17º do Decreto nº 11.462 de 31/03/2023.
- 12.7. O orçamento estimado estará disponível permanentemente os órgãos de controle externo e interno.
- 13. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**
- 13.1. O prazo para vigência da Ata de Registro de Preços - ARP será de 12 (doze) meses.
- 13.2. O prazo para execução do objeto deste TR é de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses mediante manifestação expressa das partes, desde que atestado que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção do contrato.
- 13.3. A formalização do início da execução das atividades será mediante Ordem de Serviço, devidamente assinada pela Autoridade Competente.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 13.4. A Ordem de Serviço somente será emitida após a integralização da Garantia de Execução, devendo ser emitida em até 60 dias da assinatura do contrato, sobre risco de sanção e rescisão contratual.
- 13.5. O prazo para vigência do contrato, contados a partir da assinatura do contrato, será o prazo de execução acrescido de mais 3 (três) meses para expedição do Termo de Encerramento Físico dos Serviços, ou seja, terá o prazo de 15 (quinze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 13.6. O prazo referenciado no subitem acima, deverá atender o cronograma físico-financeiro constante do Anexo IV deste Termo de Referência

14. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela Contratada em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e o respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- 14.1.1. A Codevasf pagará à Contratada mediante a apresentação de faturas mensais, que deverão ser acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos serviços, e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
- 14.1.2. A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 14.1.3. Nos preços apresentados pela Contratada deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 14.1.4. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:
- a) Custo de mão de obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
 - b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
 - c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
 - d) Auxílios ou benefícios sociais (e.g., vale alimentação, seguro saúde/vida, auxílio moradia) ou benefícios econômicos garantidos pela Licitante a seus empregados ou dirigentes.
- 14.1.5. As possíveis variações dos quantitativos durante a execução (para mais ou para menos) das previsões apresentadas pela Contratada em sua proposta, não poderão servir de pretexto para pleitos de modificação dos preços oferecidos.
- 14.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 72 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 14.2.1. Para efeito de cada pagamento mensal, a empresa contratada deverá apresentar, mensalmente, juntamente com o documento de cobrança, os seguintes documentos:
- a) Comprovantes de pagamento dos salários dos empregados da Contratada que trabalham nas dependências das Superintendências/Sede, inclusive de feristas ou substitutos no período, férias e/ou 13º salário quando for o caso, pagos até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de referência;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- b) As guias de recolhimento do INSS e FGTS e respectivos comprovantes de pagamento, relativos ao mês anterior ao da prestação dos serviços, discriminado o nome de cada um dos beneficiados;
 - c) Cópia das folhas de ponto dos empregados, constando os afastamentos e as correspondentes coberturas;
 - d) Comprovantes de pagamento de vale transporte e auxílio alimentação / refeição para o mês subsequente, pagos até o último dia útil do mês de referência;
 - e) Concessão de férias e correspondente pagamento adicional de férias quando for o caso;
 - f) Para melhor acompanhamento e fiscalização, as férias devem iniciar no primeiro dia de cada mês;
 - g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
 - h) Certidão de regularidade com o FGTS (CRF – FGTS);
 - i) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (Conjunta);
 - j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - k) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio sede da Contratada (CND estadual);
 - l) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal do domicílio sede da Contratada (CND municipal).
- 14.2.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade; 19.4.2 a data da emissão;
 - b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - c) O período de prestação dos serviços;
 - d) O valor a pagar; e
 - e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) Não produziu os resultados acordados;
 - b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 14.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 14.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 14.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 14.15. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 14.15.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 14.15.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 14.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 14.16. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº10.854, de 10 de novembro de 2021.
- 14.17. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação das faturas/notas fiscais, já incluso nesse prazo o atesto das faturas/notas fiscais pela fiscalização.
- 14.17.1. O atesto da fiscalização deverá ser efetuados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 14.17.2. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido em subitem 13.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 14.18. **Nos itens que contenham insumo “veículo”, esse será pago com base nos quilômetros percorridos e comprovados via sistema de rastreamento, conforme o valor de custo por quilômetro na planilha orçamentária.**
- 14.19. A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.
- 14.20. O pagamento de salários e encargos inferiores ao da proposta está classificado como infração administrativa, e é passível de sanção.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 14.21. Durante o processo de medição, se constatado pagamento de salários ou encargos inferiores, a diferença de valor será glosada no processo de pagamento, e a Contratada será notificada para realizar os devidos ajustes.
- 14.22. A Codevasf não pagará por salários e custos superiores ao da proposta financeira, ou eventuais encargos em desacordo com a legislação trabalhista, considerando eventuais alterações contratuais justificadas (e.g., reajuste, repactuações, reequilíbrios e aditivos), tendo em vista os princípios da isonomia, competitividade e vantagem do processo licitatório.

15. REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO

- 15.1. Reajustamento: os preços dos insumos código EMC permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados de acordo com a tabela de índices da FGV/IBRE, sendo o índice que melhor representa o reajustamento dos custos de apoio técnico o de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias – Consultoria (Supervisão e Projetos), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I_1 - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I₁ = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I₀ = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

- 15.2. Repactuação: para os preços dos insumos código MO será permitida a repactuação do preço do contrato, mediante celebração de termo aditivo, visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o intervalo mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta, admitindo, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.
- 15.2.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 15.2.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.
- 15.2.3. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se: os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração; as particularidades do contrato em vigência; o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais; a nova planilha com a variação dos custos apresentada; indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e disponibilidade orçamentária da Codevasf.
- 15.2.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.
- 15.2.5. É vedada a repactuação dos preços mediante indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 7º do Decreto nº 9.507/2018.
- 15.2.6. As repactuações a que o contratado fazer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 15.2.7. Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão sua vigência iniciada a partir da assinatura do termo aditivo, podendo retroagir à data do acordo coletivo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, sendo esta considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 15.2.8. A Codevasf providenciará o pagamento retroativo correspondente ao período em que a proposta de repactuação permanecer sob sua análise. Neste caso, este período, de análise pela Codevasf, será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

16. MULTAS

- 16.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 16.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 16.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratual atualizado.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Diário de Obras ou no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
e) Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

- 16.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 16.5. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 e 168, inciso V, do RILC.
- 16.6. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela **Codevasf**, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
 - b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade de Finanças da 8ª SR Codevasf – GRG/UFN, o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 16.7. A Contratada terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 16.8. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 16.9. Em caso de ser dado provimento ao recurso apresentado, não sendo aplicada a multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 16.10. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 17.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura na Gerencia Regional de Infraestrutura da 8ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 17.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.
- 17.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 17.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 17.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 17.7. A ordem de serviço não será emitida antes do recolhimento da garantia contratual.
- 17.8. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 17.9. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 17.10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18. FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contratos da Codevasf.
- 18.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercida por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 18.3. Cabe à Fiscalização o acompanhamento da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajustamento, alteração, reequilíbrio,



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

- 18.4. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 18.5. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 18.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á a apresentação da documentação comprobatória pertinente.
 - 18.6.1. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (CLT).
 - 18.6.2. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
 - 18.6.3. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
 - 18.6.4. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identifica má-fé ou a incapacidade de correção.
- 18.7. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 18.8. Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 18.9. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 18.10. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 18.11. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.
- 18.12. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 18.13. A fiscalização observará, ainda, as seguintes diretrizes:
 - 18.13.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
 - a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada; e
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

18.13.2. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada; e
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

18.13.3. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicafe; e
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto legislação vigente.

- 18.14. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- 18.15. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 18.16. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 18.17. O fiscal deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 18.18. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 18.19. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 18.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório
- 18.21. O fiscal, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do Art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 18.22. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 18.23. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, Lei 13.303, de 2016 e IN nº 05, de 2017.
- 18.24. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos artigos. 155 e 159 da Lei nº 14.133, de 2021, Lei 13.303, de 2016 e IN nº 05, de 2017
- 18.25. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 18.25.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 18.25.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 18.25.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
- 18.26. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias
- 18.27. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o art.120 da Lei nº 14.133, de 2021, Lei nº 13.303, de 2016, e IN nº /2017
- 18.28. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 18.29. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 18.30. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.
- 18.31. Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 18.32. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 18.33. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 18.34. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 18.35. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 18.36. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 18.37. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 18.38. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 18.39. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 18.40. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 18.41. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 18.42. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 18.43. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

19. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 19.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (conforme modelo a ser fornecido pela Codevasf), ou outro instrumento substituto equivalente para aferição da qualidade da prestação dos serviços. Em observância às normas de gestão contratual, haverá o redimensionamento do pagamento devido à Contratada com base nos indicadores de desempenho estabelecidos, sempre que a CONTRATADA incorrer em alguma das seguintes situações:
 - 19.1.1. Deixar de produzir os resultados pactuados, deixar de executar alguma das atividades contratadas ou executar as atividades com qualidade inferior à mínima exigida no Termo de Referência; ou
 - 19.1.2. Deixar de alocar os recursos humanos, materiais ou equipamentos previstos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou em quantidade inferior à demandada pelo contrato.
 - 19.1.3. A utilização do IMR como ferramenta de avaliação não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de fiscalização e controle da prestação dos serviços, a critério da Codevasf. Ou seja, além dos indicadores formais medidos pelo IMR, a Contratante poderá adotar inspeções, auditorias e demais procedimentos de verificação para assegurar o cumprimento do contrato
- 19.2. A aferição da execução contratual, para fins de faturamento mensal, considerará os critérios e condições a seguir, alinhados com os objetivos de assegurar a entrega dos resultados contratados com a qualidade esperada:
 - 19.2.1. O serviço será medido e faturado com base em unidades mensais, correspondentes à prestação efetiva dos serviços durante cada mês de vigência contratual. Assim, a cada mês concluído de execução do objeto, haverá uma medição para verificar o cumprimento das obrigações naquele período. Somente será considerada como mês de serviço integral aquela em que a Contratada disponibilizou toda a equipe prevista e realizou todas as atividades programadas, em conformidade com este Termo de



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Referência. Caso haja redução de pessoal, interrupções ou qualquer descumprimento parcial no período, a unidade mensal será ajustada proporcionalmente

- 19.2.2. A aceitação mensal dos serviços ficará condicionada à apresentação, pela Contratada, dos produtos e comprovantes definidos pela fiscalização. Em particular, ao término de cada mês a Contratada deverá entregar um Relatório Mensal de Atividades, contendo todas as ocorrências, os serviços executados, o andamento físico das obras, conformidades e não conformidades observadas, atendimento às normas técnicas, e demais informações pertinentes ao período, de acordo com as exigências da Codevasf. Juntamente com o relatório mensal, deverão ser apresentados os Diários de Obras devidamente preenchidos e assinados, além dos laudos de ensaio laboratoriais referentes àquele mês (quando aplicável), e qualquer outra documentação comprobatória solicitada pela fiscalização (fotografias georreferenciadas, planilhas de medições, etc.). A medição do mês somente será aprovada para faturamento após a verificação de que todos esses documentos foram entregues e atestados pelo fiscal do contrato, atestando que as atividades previstas foram de fato realizadas com a qualidade esperada.
- 19.2.3. Serão aplicados critérios de desempenho mínimos que a Contratada deve atingir a cada mês para fazer jus ao pagamento integral. Eventuais falhas ou deficiências na execução dos serviços refletir-se-ão em glosas (descontos) proporcionais no faturamento mensal. Por exemplo, a ausência injustificada de profissionais da equipe, a não realização de atividades programadas ou a entrega intempestiva/incompleta de relatórios requisitados constituem descumprimentos parciais do objeto e acarretarão redução correspondente no valor a pagar daquele mês. Os percentuais de desconto ou fórmulas de cálculo para cada tipo de falha serão definidos no IMR ou instrumento de medição equivalente, previamente conhecido pela Contratada. Em suma, somente será pago o valor integral do mês caso todos os serviços tenham sido prestados a contento; caso contrário, o pagamento será reduzido na proporção dos serviços não executados ou executados de forma insatisfatória, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções contratuais nas hipóteses mais graves
- 19.3. Nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, ficará expressamente consignada a possibilidade de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada – sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis – caso se constate que a CONTRATADA incorreu em alguma das seguintes faltas graves durante a execução do contrato:
- 19.3.1. Não produziu os resultados acordados no contrato, deixando de atingir as metas ou entregáveis mínimos estabelecidos para o período;
- 19.3.2. Deixou de executar parte das atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida, conforme definido neste Termo de Referência e seus anexos técnicos;
- 19.3.3. Deixou de utilizar os materiais, equipamentos ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou em quantidade inferior à demandada, em desacordo com as condições pactuadas.
- 19.4. Em ocorrendo qualquer das situações acima, a Codevasf, por meio de seu fiscal/gestor do contrato, fará o registro da ocorrência e aplicará o desconto proporcional na fatura do mês correspondente, calculado conforme os critérios objetivos estabelecidos, sem prejuízo de notificar a Contratada para correção imediata da falha e de aplicar as sanções administrativas previstas em contrato e na legislação. Dessa forma, os critérios de medição e pagamento ora definidos buscam assegurar que o desembolso de recursos à Contratada esteja sempre atrelado à efetiva entrega dos serviços com a qualidade esperada, em conformidade com os preceitos das legislações atinentes no tocante à avaliação de desempenho e ao pagamento por resultado.

20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 20.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico (TEF) e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos neste TR, analisados e aprovados pela Codevasf.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 20.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 20.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.4. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 20.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 20.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 20.7. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 20.8. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 20.9. Aceitos e aprovados os serviços, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 20.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

21. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 21.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:
- 21.2. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- 21.3. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- 21.4. Constituir e manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 22.1. A contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento objeto deste Termo de Referência, deverá estar atenta, se a execução do referido objeto está atendendo à legislação vigente que estabelece diretrizes para a sustentabilidade ambiental, no tocante a projetos, serviços de engenharia e aquisição de materiais.
- 22.2. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:
- 22.3. Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 22.4. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- 22.5. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Anvisa;
 - d) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 22.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 22.7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 22.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
- a) As sobras dos materiais poluentes, CAP-Cimento Asfáltico de Petróleo, EAI-Emulsão Asfáltica para a Imprimação e CM30 devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, conforme disciplina normativa vigente.
- 22.9. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 5/7/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/1/2010, nos seguintes termos:
- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307, de 5/7/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
 - Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos de água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
 - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

- 22.10. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005 e legislação correlata;
 - b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005, e legislação correlata;
 - c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dá-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005, e legislação correlata.
- 22.11. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
 - b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
 - c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
 - d) Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A Contratada quando da solicitação de autorização para os serviços parciais a serem subcontratados deverá demonstrar em serviços e/ou fornecimentos que serão subcontratados, bem como, comprovar as exigências da habilitação, conforme descrito abaixo, da empresa subcontratada, respeitando os limites de subcontratação constante do subitem 6.3, que deverá ser previamente aprovada pela Fiscalização da Codevasf:
 - d1) Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira deverá ser atendida conforme exigência do Edital;
 - d2) Registro ou inscrição da SUBCONTRATADA no Conselho de Classe Profissional, demonstrando o ramo de atividade;
 - d3) Comprovação de capacidade técnica-operacional da SUBCONTRATADA, representada por certidão (ões) ou atestado (s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado do CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional responsável à época, comprovando a execução de serviços similares àqueles que serão subcontratados, em



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

empreendimentos de porte e complexidade similares ao objeto da licitação;

- d4) Declaração de que entre os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf;
 - d5) Durante a execução do CONTRATO a SUBCONTRATADA indicada pode ser substituída por empresa com capacidade equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Codevasf.
 - e) Currículos com a qualificação compatível (formação, experiências e demais requisitos), dos postos de trabalho demandados, para análise da Codevasf, no prazo de 10 dias.
 - e1) Em caso de reprovação, a Contratada tem o prazo de 10 dias para apresentação de novos currículos.
- 23.2. A Contratada deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, ou da admissão/mudança de profissional ou posto de trabalho:
- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto dos serviços, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - c) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - d) Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 23.2.1. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 23.3. Substituir, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do contrato.
- 23.4. Substituir, sempre que exigido pela Codevasf, qualquer de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou satisfatório à Codevasf, ou de equipamentos, de forma imediata, cujo funcionamento esteja de forma nula ou ineficiente.
- 23.5. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador.
- 23.6. Autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis
- 23.7. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.
- 23.8. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.9. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento),



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

- 23.10. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Recita do Brasil, como objetivo de verificar se as contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 23.11. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 23.12. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor e 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 23.14. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 23.15. A Contratada deverá apresentar em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço um Preposto, aceito pela Codevasf, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado, sob pena de sanções administrativas.
- 23.16. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Contratante, na respectiva Superintendência Regional.
- 23.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 23.18. Relatar à Codevasf toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 23.19. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 23.20. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 23.21. Utilização de pessoal habilitado e experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 23.22. Alocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 23.23. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 23.24. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, de todas as obrigações trabalhistas, sociais previdenciárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 23.25. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA.
- 23.26. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.



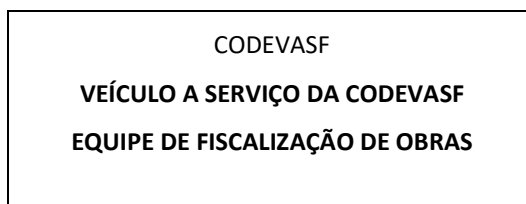
Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 23.27. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 23.28. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre "CAUÇÃO".
- 23.29. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 23.30. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 23.31. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 23.32. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 23.33. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 23.34. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 23.35. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 23.36. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 23.37. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 23.38. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para a execução dos serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf;
 - b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 23.39. **A Contratada deverá disponibilizar, para toda a mão de obra contratada, sistema de registro de ponto digital.**
- 23.40. A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 23.41. Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:



- 23.42. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos no subitem 21.40, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 23.43. Estes veículos podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída, a frota deverá ser nova com até 2 anos de uso.
- 23.44. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.
- 23.45. **Os veículos deverão ser equipados obrigatoriamente com sistema de rastreamento veicular.**
- 23.46. Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para o ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

24. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 24.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 24.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 24.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 24.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 24.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 24.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 24.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

25. MATRIZ DE RISCOS

- 25.1. Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.
- 25.2. A matriz de risco está apresentada no Anexo VII deste Termo de Referência com o objetivo de definir as áreas a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 25.3. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Risco é da Codevasf.
- 25.4. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

- 25.5. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 25.6. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 25.7. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 25.8. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 25.9. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 25.10. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 25.11. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

26. CONDIÇÕES GERAIS

- 26.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 26.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.

27. ANEXOS

- 27.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:
- Anexo I: Detalhamento das Justificativas;
- Anexo II: Modelo de declaração de ciência da abrangência dos locais de execução dos serviços;
- Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista e Despesas Fiscais e Custos Administração e Remuneração de Empresa;
- Anexo IV: Planilha de custos do orçamento de referência;
- Anexo V: Planilha de custo da proponente;
- Anexo VI: Especificações técnicas;
- Anexo VII: Matriz de Risco;
- Anexo VIII: Relação dos municípios na área de atuação da Codevasf no estado do Maranhão;
- Anexo IX: Quadros Resumo de Quantitativo e de Distribuição;
- Anexo X: Estudo Técnico Preliminar.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Responsável pelas informações:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Davi Brito dos Santos
Chefe de Unidade de Estudos e Projetos
8ªSR/GRD/UEP

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

HAROLDO CASTRO CRUZ
Analista em Desenvolvimento Regional
8ª/SR/GRD/UPS

De acordo:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

GUSTAVO TALGE FERREIRA
Gerente Regional de Infraestrutura
8ª/GRD

Aprovação pela autoridade competente:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

CLÓVIS LUIS PAZ OLIVEIRA
Superintendente Regional



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo I: Justificativas

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Os serviços terceirizados especializados demandados destinam-se à prestação de serviços comuns de engenharia para supervisão de obras dos instrumentos da Codevasf, definidos no Art. 3º, inciso VII do decreto nº 10.024/2019, conforme disposto no decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo necessários ao bom andamento dos serviços de supervisão no âmbito da Codevasf.

Dentre as ações da Codevasf relacionadas à infraestrutura urbana e rural, destaca-se a atuação na melhoria nas condições socio ambientais, sanitárias e econômicas da população residente nos municípios beneficiados. Para tanto, a contratação dos serviços de supervisão torna-se um pilar básico na eficácia e qualidade das ações do desenvolvimento e na melhoria das obras de infraestrutura, visando dotar os municípios de condições viárias estruturantes em benefício direto à população. As demandas vêm de acordo com a necessidade local de cada região do estado, e muitas das vezes chegam pulverizada no estado inteiro, para facilitar a logística em viagens distantes, que muitas vezes demoram dias, faz-se necessário o melhor uso de recursos humanos. Considerando que a 8ª SR Codevasf não dispõe, em seu quadro funcional, de pessoal suficiente para o acompanhamento rotineiro dos serviços objetos dos instrumentos. Considerando que, diante das limitações impostas, com o número de instrumentos, logística de viagens, e a gestão dos instrumentos, a contratação de particular constitui a alternativa mais eficiente e eficaz para a Codevasf, na sua missão de atuar com base em planos de desenvolvimento regional e local, beneficiando a população nas áreas de sua atuação. Visando um equilíbrio entre os serviços de campo e escritório, de forma temporária, a opção é a mais vantajosa visto que os instrumentos executados têm prazo de término, e assim sendo necessário adaptar a equipe dimensionando conforme novas demandas e os recursos que chegam anualmente na gerência de infraestrutura. Sendo tais serviços caracterizados como continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, para dar suporte técnico à equipe da Codevasf, visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento de contratos e convênios de obras e serviços de engenharia na área de abrangência da Codevasf. A contratação visa, de forma geral, a manutenção e suprimento necessário na prestação de serviços de apoio à fiscalização com consultoria, elaboração de projetos, levantamentos de dados e informações em campo, emissão de relatórios que irá **embasar a tomada de decisão do fiscal/gestor nos instrumentos** espalhados em todo o Maranhão. Os serviços são técnicos especializados por vários motivos, entre os quais destacamos que serão serviços executados por profissionais com formação técnica específica, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, com emissão de documentos técnicos, inclusive com as devidas anotações, registros ou termos de responsabilidade técnica, ou seja, só podem ser executados por profissionais especializados e que tenham expertise dentro da sua área/formação e com experiência em apoio à fiscalização.

Esta contratação permitirá um melhor gerenciamento dos serviços prestados, atendimento às demandas de contratos já firmados e contratos futuros, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à administração pública e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Inicialmente, cumpre destacar que esta Unidade Técnica, em conformidade com o art. 29 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e com os arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.983/2013, entende ser plenamente vantajosa a adoção dos referenciais SINAPI e SICRO para a estimativa dos valores da presente contratação. Isso porque tais parâmetros constituem o método mais fidedigno, transparente e objetivo para a fixação de preços em serviços comuns de engenharia, ainda que se trate de contratação de natureza continuada, garantindo à Administração a obtenção da proposta mais adequada e vantajosa.

Considerando a necessidade de embasar tecnicamente a natureza do objeto da presente contratação, registra-se que a discussão posta em exame versa sobre o correto enquadramento dos serviços de supervisão, com serviços de apoio



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

à fiscalização, controle tecnológico e topografia), sendo serviços eminentemente técnicos e atinentes à área de engenharia, tendo havido manifestação no sentido de caracterizá-los como uma contratação de serviço continuado com fornecimento exclusivo de mão de obra, apenas. Contudo, é necessário destacar que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf – RILC, ao tratar das contratações, dispõe em seu artigo 29 que para a contratação de obra ou serviço de engenharia o procedimento de pesquisa de preços deverá observar as determinações normativas em vigor, notadamente a Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, o Decreto nº 7.983/2013.

Ressalte-se, entretanto, que o RILC e o referido Decreto não trazem definição expressa do que seja serviço de engenharia, apenas fazem menção a obras, o que impõe a aplicação supletiva da Lei nº 14.133/2021, conforme autoriza o artigo 1º do RILC e o rol de normativos externos aplicáveis constantes do próprio regulamento.

A Lei nº 14.133/2021 apresenta em seu artigo 6º, inciso XXI, a definição legal de serviço de engenharia, estabelecendo que se trata de toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração, não enquadradas no conceito de obra, mas privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados. A mesma norma ainda distingue entre serviço comum de engenharia, quando as ações podem ser objetivamente padronizadas em termos de desempenho e qualidade, e serviço especial de engenharia, quando há elevada heterogeneidade ou complexidade que inviabiliza tal padronização.

No mesmo dispositivo, em seu inciso XII, a Lei nº 14.133 define obra como atividade que implica intervenção no meio ambiente ou alteração substancial das características de um bem imóvel, estabelecendo, portanto, distinção conceitual clara entre obra e serviço de engenharia, ambos de natureza privativa de profissionais legalmente habilitados.

Diante desse quadro normativo, verifica-se que, embora o RILC e o Decreto nº 7.983/2013 não tragam definição expressa de serviço de engenharia, a Lei nº 14.133/2021 — integrante do rol de legislações aplicáveis à Codevasf — supre essa lacuna conceitual e deve ser adotada como parâmetro interpretativo. Os serviços ora em debate, referentes à supervisão técnica, fiscalização de obras, controle de qualidade e apoio especializado, enquadram-se precisamente no conceito legal de serviço de engenharia previsto no referido diploma. Ademais, reforça esse enquadramento o fato de se tratarem de atividades técnicas de caráter intelectual e especializado, que exigem emissão de ART, observância às normas técnicas da ABNT e execução exclusiva por engenheiros e técnicos devidamente habilitados.

Esse outro ponto de vista advém da Lei Federal nº 5.194/66 que regulamenta a atividade dos profissionais de engenharia, caracterizando serviço de engenharia como uma atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional de habilitado em engenharia. O IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), inclusive detalha as atividades, na sua orientação técnica, a OT 02/2009, de quais seriam essas atividades:

*Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, **estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão** ou gerenciamento. (Grifou-se)*

Assim, fica demonstrado que a contratação não pode ser reduzida a simples fornecimento de mão de obra, pois os profissionais não são disponibilizados de forma genérica, mas sim para a execução de atividades privativas de engenharia, com responsabilidade técnica própria e resultados específicos esperados. A caracterização como serviço



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

de engenharia, de acordo com embasamento legal e técnico aqui demonstrado, assegura a correta instrução processual e a adequada observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Prosseguindo e já entendendo que se trata, tanto de um contrato de fornecimento de mão de obra como de serviço de engenharia, retornando ao RILC, considerando o disposto no artigo 29 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, verifica-se que, para a contratação de obra ou serviço de engenharia, o procedimento de pesquisa de preços deve observar a Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, o Decreto nº 7.983/2013. O §1º do artigo 29 do referido dispositivo é categórico ao determinar que o orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia deve ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou, no caso de obras de infraestrutura de transportes, do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO).

Ademais, já ampliando a justificativa para demais tabelas utilizadas no orçamento, quando os itens não estiverem presentes nas tabelas do SINAPI ou do SICRO, para munir o orçamento de outros preços oficiais, quando não constantes nas duas tabelas mencionadas, sendo salutar fazer uso de outras tabelas oficiais similares. Esse entendimento corrobora com o §2º do artigo 29 quando é mencionado o uso de sistemas específicos instituídos para o setor. Esse entendimento também é validado pelo TCU:

*"A jurisprudência colacionada pela unidade especializada também aponta para a possibilidade de conjugar, na avaliação da economicidade de contrato de obra pública, **diferentes sistemas referenciais de preços, especialmente as fontes oficiais de consulta**, desde que o procedimento seja compatível com as condições de execução da obra e as especificações do projeto (Acórdãos 304/2020 e 1.890/2020-Plenário; Relatores: Min. Benjamin Zymler e Min. Subst. Marcos Bemquerer, respectivamente). (Grifou-se)*

Não obstante a obrigatoriedade de adoção do SINAPI e do SICRO como balizadores centrais do orçamento, é plenamente possível e juridicamente admitido complementar tais referenciais com outros sistemas ou tabelas oficiais de preços, desde que igualmente reconhecidos pela Administração Pública e que guardem pertinência técnica com o objeto, sendo utilizados preços referenciais que são utilizados em contratações similares no setor. Em primeiro lugar, assegura-se a economicidade, pois a utilização de referenciais públicos e auditáveis reduz o risco de sobrepreço e garante que a estimativa de custos esteja ancorada em parâmetros fidedignos de mercado, evitando arbitrariedades. Em segundo lugar, promove-se a transparência, uma vez que os preços de referência se baseiam em sistemas acessíveis e verificáveis, permitindo que qualquer interessado, inclusive os órgãos de controle, possa aferir a compatibilidade dos valores orçados. Também se concretiza o princípio da isonomia e competitividade, já que todos os licitantes têm acesso às mesmas bases de preços, sem privilégios informacionais. Ademais, o uso dessas tabelas fortalece a segurança jurídica, pois demonstra que a Administração atuou conforme critérios objetivos, previsíveis e previamente estabelecidos em normas oficiais, afastando subjetividades na formação do orçamento.

Tais previsões encontram-se em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que tem reiteradamente fixado a obrigatoriedade do uso de referenciais oficiais para a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, como mecanismo de prevenção a sobrepreço e superfaturamento, bem como de garantia da economicidade e da vantajosidade das contratações.

Dessa forma, ao adotar o SINAPI e o SICRO como base principal e, quando necessário, recorrer a tabelas complementares reconhecidas oficialmente, a Codevasf cumpre integralmente o que dispõe o art. 29 do RILC, o Decreto nº 7.983/2013 e a Lei nº 14.133/2021, assegurando a legalidade, a legitimidade e a economicidade da contratação, bem como a caracterização do objeto como serviço de engenharia.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Os itens que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente Termo de Referência têm por finalidade assegurar que a contratada possua experiência comprovada e condições técnicas adequadas para a execução dos serviços. Considerando que o objeto se refere a supervisão e fiscalização em obras de infraestrutura rodoviária (pavimentação asfáltica e pontes), ou ainda serviços de natureza similar, como gerenciamento, supervisão de obras e elaboração de estudos e projetos, mostra-se imprescindível que a empresa demonstre know-how técnico-operacional compatível com a complexidade e as especificações requeridas. Adotando-se a comprovação de 50% no tempo de serviço do profissional, conforme plano de cargos de referência da composição (DNIT)

Para tanto, será admitida a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) e/ou Certidão de Acervo Operacional (CAO), sendo permitido o somatório entre ambas para fins de habilitação. Tal medida justifica-se na busca de garantir que a empresa possua tanto o respaldo institucional em serviços já executados, quanto profissionais devidamente qualificados, com atribuições registradas em seus respectivos conselhos de classe, aptos a conduzir e apoiar tecnicamente as atividades.

Essa exigência alinha-se às necessidades da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, a qual executa obras de grande relevância em infraestrutura rodoviária, exigindo da contratada equipe técnica especializada, conhecimento prático e segurança na aplicação de normas e especificações técnicas, a fim de assegurar eficiência, qualidade e conformidade na execução dos serviços.

Da qualificação econômico-financeira (Índices Econômicos):

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato. A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela. A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame. Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença. Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índice, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018-MP que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O consciente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.
2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).

3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a Codevasf disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Da apresentação de Capital Social:

Com base na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, será exigida na presente licitação a apresentação de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item (lote) da licitação a que concorrer, tendo em vista que a qualificação econômico-financeira visa demonstrar que a licitante dispõe, em tese, de capacidade financeira para executar os serviços de pavimentação a ser licitado. Em análise aos processos administrativos de penalização aplicados por esta Superintendência Regional, verificamos a ocorrência de fornecedores sancionados por inexecução das Ordens de Serviços de pavimentação. Sendo assim, tal exigência possibilita a prevenção da seleção de empresas sem condições financeiras para a mobilização das frentes de trabalho, evitando a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços. Ademais, tende a dirimir possível inexecução total ou parcial por empresas “aventureiras”, afastando o prejuízo no benefício social a ser alcançado com a contratação e a perda do orçamento.

Da necessidade da contratação:

A necessidade é demonstrada considerando as atividades presente nos serviços de campo e escritório dos vários instrumentos da empresa, adaptando a equipe conforme recursos e mão de obra devido as demandas na gerência de infraestrutura. Sendo tais serviços caracterizados como continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, para dar suporte técnico e o embasamento necessário para tomadas de decisões para a equipe da Codevasf, visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento nas obras, na busca do equilíbrio das atividades a contratação de terceiros de forma temporária.

Serviço Comum de Engenharia:

Os serviços a serem licitados demandam a participação e acompanhamento de profissionais engenheiros habilitados, são padronizáveis em termos de desempenho e qualidade e são amplamente difundidos podendo ser definidos mediante especificações usuais de mercado.

Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra

Os serviços especificados neste Termo de Referência são destinados ao apoio à fiscalização de obras de pavimentação e/ou pontes. Na Codevasf, tais obras representam uma constante desde 2019, mantendo um ritmo contínuo na execução dos contratos já celebrados (na maioria das vezes, a execução de tais contratos supera o exercício financeiro), assim como na celebração de novos contratos. Dessa forma, para acompanhar a continuidade das obras de pavimentação e/ou pontes e garantir a boa execução das obras e a entrega de um produto com a qualidade adequada, assim como a boa aplicação dos recursos, o apoio à fiscalização caracteriza-se como serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação dos serviços de supervisão técnica justifica-se com fundamento no art. 3º, incisos I, II e V, do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista as características do objeto, a natureza das demandas e a conveniência administrativa envolvida.

Os serviços de supervisão apresentam natureza recorrente e de relativa simplicidade técnica, sendo frequentemente demandados para apoiar as equipes de engenharia da 8ª SR Codevasf na execução e acompanhamento de contratos



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

e instrumentos de repasse (convênios), com o objetivo de municiar os engenheiros com informações técnicas e gerenciais necessárias ao bom andamento das obras e serviços sob sua responsabilidade.

Além disso, a previsão de novas contratações decorre, em grande parte, da liberação de recursos provenientes de emendas parlamentares, os quais partes são reservados para custeio e manutenção das atividades correlatas à execução dos empreendimentos. Essa característica torna o planejamento das contratações dependente da efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, o que impede a definição prévia e exata do quantitativo de serviços a ser demandado. Dessa forma, o uso do Sistema de Registro de Preços revela-se tecnicamente viável e administrativamente conveniente, pois possibilita à Administração:

- Contratar os serviços conforme a necessidade e a disponibilidade de recursos;
- Garantir celeridade e padronização na seleção de prestadores; e
- Permitir contratação por unidade de medida, como posto de trabalho ou hora técnica, conforme previsto no inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço:

Não será permitida a prorrogação da Ata de Registro de Preço.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) **não será admitida**, tendo em vista que o presente objeto é de especificidade da Codevasf.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Sim – Será admitida a adesão apenas das Superintendências Regionais e da Sede da Codevasf, considerando que o objeto em questão é específico da Codevasf.

Divulgação do valor orçado:

Público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Maior Desconto: Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço/obra não possui risco de ser afetada por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas, conforme demanda justificada.

Participação de Consórcios:

Não permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Participação de Cooperativa:

Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Visita:

Não obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Permissão para Subcontratação:

Sim. Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constante neste Termo de Referência. Sendo permitido a subcontratação apenas os serviços de topografia, ensaios de laboratório e alugueis de equipamentos/ veículos

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual. Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato ou Instrumento Equivalente

Desapropriação:

Não aplicável. Os serviços serão executados em vias públicas estaduais e municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens(lotes)

O parcelamento do objeto não traz benefícios à Administração Pública, haja vista que os serviços de engenharia que compõem o objeto de contratação, pela sua natureza, não comportam parcelamento, compreendem serviços comuns, voltado ao apoio e à supervisão de fiscalização para diversos tipos de obras civis, como obras rodoviárias, de pontes e de infraestrutura urbana e rural. Além disso, a execução parcelada e independente, por lote, dos serviços dificulta a gestão contratual e a progressão dos trabalhos, sendo que seus quantitativos não são atrativos economicamente para esse tipo de parcelamento. Com isso, promove-se mais economia e eficiência a contratação do objeto em único lote, em busca de preços vantajosos, considerando o uso mais proveitoso de equipamentos e mão-de-obra.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O contratado responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Licença Ambiental:

Não aplicável. Por se tratar de um serviço comum de fiscalização e consultoria, por tanto não será exigida.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executados os serviços, inteirou-se dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____/____/____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e Despesas Fiscais Administração e Remuneração da Empresa

Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista (preenchido)
Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista (em branco)
Detalhamento do Despesas Fiscais Custo Administração + Remuneração



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista – Sem Desoneração (preenchido)

MARANHÃO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	Não incide	17,88%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,97%	8,33%	10,97%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,56%	Não incide	1,56%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	11,16%	8,48%	11,16%	8,48%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	47,31%	18,17%	47,31%	18,17%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,17%	2,41%	3,17%	2,41%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,60%	1,98%	2,60%	1,98%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%	0,38%	0,29%
C	Total	10,81%	8,22%	10,81%	8,22%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	9,77%	3,54%	17,41%	6,69%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,39%	0,29%	0,40%	0,31%
D	Total	10,16%	3,83%	17,81%	7,00%
TOTAL(A+B+C+D)		90,08%	52,02%	112,73%	70,19%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista (em branco)

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS			
NOME DA CONSULTORA:			
OBJETO:		EDITAL:	
APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS NO ÂMBITO E SOB A GESTÃO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF			
Cod	DESCRIÇÃO	Horista	Mensalista
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	%	%
A1	Previdência Social		
A2	FGTS		
A3	Salário Educação		
A4	SESC ou Sesi		
A5	SENAC / SEBRAE		
A6	INCRA		
A7	Seguro Contra Risco e Acidente de Trabalho		
A8	SECONCI		
A9	FAE - Financiamento de Aposentadoria Especial		
Total do Grupo A			
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
B1	Auxílio Enfermidade		
B2	13º Salário		
B3	Licença Paternidade		
B4	Faltas Justificadas		
B5	Férias Gozadas + 1/3		
B6	Férias sobre Licença Maternidade		
B7	Auxílio Acidente de Trabalho		
B8	Reciclagem Tecnológica		
B9	Repouso Semanal Remunerado - Domingos		
B10	Feriados		
SUBTOTAL DE "B"			
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
C1	Aviso prévio indenizado		
C2	Aviso prévio trabalhado		
C3	Férias Indenizadas + 1/3		
C4	Depósito Rescisão sem justa causa		
C5	Indenização adicional (Lei nº 7.238/1984)		
SUBTOTAL DE "C"			
D	REINCIDÊNCIAS		
D1	Reincidências de A sobre B		
D2	Reincidências de A sobre aviso prévio trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
SUBTOTAL DE "D"			
TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS			
NOME DO INFORMANTE:			
ASSINATURA:			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Detalhamento do Despesas Fiscais Custo Administração + Remuneração

DESPESAS FISCAIS E CUSTOS DIVERSOS: Kc			
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: SERVIÇOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO - 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (MA)		CONTRATANTE: 8ª SR - CODEVASF	BASE: SINAPI: 12/2023
Cod	DESCRIÇÃO ¹	% preço ²	% custo ⁴
K4	TRIBUTOS	10,40%	11,61%
K4.1	ISS	3,00%	3,35%
K4.2	PIS ³ - alíquota efetiva aplicável percentual-desconto	1,32%	1,47%
K4.3	COFINS ³ - alíquota efetiva aplicável percentual-desconto	6,08%	6,79%
K3	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO)		7,75%
K2	CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		7,24%
K2.1	Custos da administração central da empresa (diretoria, pessoal técnico de apoio e pessoal administrativo não diretamente vinculado à prestação dos serviços)		4,00%
K2.2	Outras despesas que afetam o custo de produção como treinamento, biblioteca, programa de qualidade, programa de benefícios, auditoria interna e externa		2,00%
K2.3	Despesas fixas e variáveis com patrimônio, aluguéis, comunicação, manutenção e transporte não diretamente relacionados com o custo direto dos serviços		1,24%
Kd	TAXA RESSARCIMENTO DE DESPESAS SOBRE CUSTOS DIVERSOS		1,2026
NOME DO INFORMANTE:			QUALIFICAÇÃO:
ASSINATURA:			DATA:
<p>Observação:</p> <p>1 - RELACIONAR OS CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO COM RESPECTIVOS PERCENTUAIS INCIDENTES NA MÃO -DE-OBRA</p> <p>1 - DISCRIMINAR OS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE OS CUSTOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>2 - K4 = INDICAR % DE CADA TRIBUTOS E A SOMA DOS MESMOS (ex: ISS 5% + PIS 1,65% + COFINS 7,60% = 14,25%)</p> <p>3 - PIS e COFINS, <u>Regime de Incidência Acumulativa</u> (0,65% e 3,00% - sem percentual de desconto) ou em <u>Regime de Incidência Não Acumulativa</u> (1,65% e 7,60% - aplicável percentual de desconto) de acordo com a forma de apuração do lucro no IRPJ. APRESENTAR COMPROVANTES de aproveitamento de créditos tributários dos últimos 12 meses em caso de aplicação de "percentual de desconto".</p> <p>4 - AS DESPESAS FISCAIS (K4) INCIDEM SOBRE O TOTAL DA FATURA E NÃO SOBRE OS CUSTOS INCORRIDOS, DEVENDO SER CALCULADO O K4' APLICANDO-SE A SEGUINTE FÓRMULA:</p> $K4' = \{ [1 / (1 - K4)] - 1 \} \times 100$ $K4' = \{ [1 / (1 - 0,104)] - 1 \} \times 100$ <p>Kc - Taxa de Ressarcimento de Despesas sobre Custos Diversos (incide sobre os Insumos Código DP e EM)</p> $Kc = (1 + K3) \times (1 + K4)$ <p>K2 - Incide sobre o Custo Total (CT) da Mão de Obra (MO* = MO1 + MO2)</p> <p>K3 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO1 x Ka ou MO2 x Kb), demais Custos (DP e EM), e Custos da Administração Central (K2)</p> <p>K4 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO1 x Ka ou MO2 x Kb), demais Custos (DP e EM), e Custos da Administração Central (K2) e Lucro (K3)</p>			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo IV: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo V: Planilha de Custos da Proponente

PLANILHA DE CUSTOS DA PROPONENTE

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo VII: Especificação Técnica

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo VIII: Matriz de Risco

MATRIZ DE RISCOS

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo VIII: Relação dos municípios na área de atuação da Codevasf no estado do Maranhão

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF NO ESTADO DO MARANHÃO
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo IX: Quadro Resumo de Quantitativo e de Distribuição

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITARIO	R\$ TOTAL
1	Supervisão e Gerenciamento de Contrato incluindo auxiliar, mobilização de escritório (com mobília e equipamento)	Nível superior	1341	MÊS	12	44.013,83	528.165,96
2	Apoio e Controle de Obras in loco incluindo equipamento (Notebook), veículos, equipamentos, hospedagem e alimentação.	Nível superior	23060	MÊS	12	241.071,67	2.892.860,04
3	Controle tecnológico, serviços de laboratório incluindo equipamento (Notebook), veículos, equipamentos, hospedagem e alimentação.	Nível Técnico	19461	MÊS	12	189.591,17	2.275.094,04
4	Controle Executivo, serviços de topografia incluindo auxiliar, equipamento (Notebook, Drone), veículos, equipamentos, hospedagem e alimentação	Nível superior	922	MÊS	12	41.638,13	499.567,56
							6.195.777,60



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo X: Estudo Técnico Preliminar - ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)